

Entre o manuscrito e o impresso: a *Vita Christi* como testemunho de mudança linguística

Introdução

O livro *Vita Domini nostri Jesu Christi ex quatuor evangeliiis*, escrito por Ludolfo de Saxónia na segunda metade do séc. xiv, teve uma enorme difusão; no início do século seguinte circulavam já por toda a Europa inúmeros manuscritos dos quais se conservam cerca de centena e meia. Nos finais do séc. xv multiplicaram-se as impressões em cidades europeias. O sucesso do tratado pode explicar-se pelos seus objetivos de edificação da vida espiritual e pela sua inspiração em obras clássicas como *De Contemplatione* de Guido de Ponte, a *Legenda Aurea* de Voragine ou as *Meditationes* do pseudo-Boaventura. O texto tornou-se leitura obrigatória, influenciou profundamente figuras como Inácio de Loyola e Teresa de Ávila e viajou, pelas mãos dos navegantes portugueses, para a Índia e Brasil.

Em Portugal, o tratado latino foi traduzido no reinado de D. Duarte; levada para o mosteiro de Alcobaça, a tradução foi aí copiada pelos monges cistercienses; em finais do séc. XV o tratado é impresso por Valentim de Morávia e Nicolau de Saxónia. Entre o manuscrito alcobacense (BNP, Alc. 451-453) e o impresso (BNP, Inc. 566 [1], [2], Inc. 567 [1], [2]) medeiam cerca de 50 anos. São 50 anos que correspondem à transição entre português médio e clássico e que merecem um estudo aprofundado. Contribuir para esse estudo, com base no confronto entre os textos manuscrito e impresso da *Vita Christi* é o objetivo do presente trabalho.

1. Os documentos: descrição

O livro da *Vita Christi* destaca-se de entre os escritos que compõem a vasta obra de Ludolfo de Saxónia. Trata-se de uma biografia de Jesus Cristo a partir dos quatro evangelhos, acrescida de comentários dos santos padres e dos escolásticos, além de considerações pessoais. Embora o autógrafo tenha desaparecido, conhecem-se cerca de 150 cópias manuscritas disseminadas por bibliotecas europeias¹. Com base em uma dessas cópias foi feita a tradução integral para o português, no *scriptorium* alcobacense, no tempo da abadia de D. Fr. Estevão de Aguiar (1431-1446). Os seis

¹ Além dos manuscritos, há que considerar a divulgação da *V. C.* por meio de edições impressas do texto latino e de traduções para outras línguas além do português, já desde o séc. XV (Magne 1957, X-XI).

primeiros cadernos terão sido traduzidos por Fr. Nicolau Vieira² e o restante por Fr. Bernardo³.

As quatro partes que compõem a obra são concluídas entre 1445 e 1446. A tradução foi feita a pedido de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra e senhora de Montemor, mulher de D. Pedro, duque de Coimbra, infante e regente de Portugal de 1439 a 1446. A 1ª parte encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. ALC. 451. Compõe-se de 225 fólhos; o texto, dividido em duas colunas, está escrito em letra gótica⁴. À sequência, vem o cód. ALC. 452, 2ª parte da *V. C.* Contém 144 fólhos, escritos em duas colunas, em letra gótica⁵. O cód. ALC. 453 é a 4ª parte da tradução portuguesa. São 299 fólhos em pergaminho, dispostos em duas colunas e escritos em letra gótica.

Para além desses três códices alcobacenses, na Biblioteca Pública de Évora encontram-se dois fragmentos da *V. C.*: o primeiro conserva-se na pasta 4, n. 3, Cartório Notarial de Évora, Liv. 358 - 12. Trata-se de cópia de ca. 1450 que corresponde aos fls. 135r e 137v da Parte I impressa em 1495. O outro fragmento conserva-se na pasta 4, n. 4, Cartório Notarial de Évora, Liv. 393 - 22 [capa]. É cópia de ca. 1450, com o texto em duas colunas, escrito em gótica cursiva. Corresponde aos fls. 140v e 142r da Parte I do incunábulo de 1495. Em Lisboa, na Biblioteca Nacional, há também, proveniente de Alcobça, o cód. ALC. 219, acabado entre 1480 e 1500, que traz a 4ª parte da *V. C.* É composto por 375 fólhos e o texto, escrito em letra gótica cursiva, apresenta-se ora em uma coluna, ora em duas colunas.

A tradução feita a pedido de D. Isabel terá servido de base para o texto impresso, com alterações⁶, em 1495, por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes de Morávia, a mando de D. João II e de D. Leonor⁷. Do incunábulo, de que se conhecem vários exemplares (cf. Dias 1995, 45-57), há a edição de Augusto Magne, que teve o seu primeiro volume publicado em 1957⁸. A edição reproduz o fac-símile do incunábulo de

² A tradução dos primeiros cadernos foi provavelmente realizada «numa época anterior à confecção do *Leal Conselheiro*, redigido entre os anos 1428 e 1438, pois D. Duarte reproduz no cap. 87 uma parte dum cap. da *Vita Christi*» (Lorenzo 1993, s.v. *Vita Christi*).

³ D. Fr. Estevão de Aguiar, Fr. Bernardo de Alcobça e Fr. Nicolau Vieira são, sucessivamente, a figura impulsionadora e os dois copistas que levaram a cabo o traslado de vários códices, entre 1431e 1446 (vd. Cepeda 1978, 284-285).

⁴ Uma nota no final do 6º caderno, declara que os primeiros seis cadernos foram copiados pelo «Escrivam d'el Rei»; outra nota no início do 7º caderno, afirma que «daqui adeante screveu Frei Bernardo, monje, e o encadernou de todo» (Cepeda 1978, 286). Segundo Magne (1957, XII), o códice é obra de «várias mãos, mas principalmente de Frei Bernardo».

⁵ Com a morte de Fr. Estevão de Aguiar em 1446, é eleito abade D. Gonçalo de Ferreira, que manda Fr. Bernardo traduzir o resto do livro (Lorenzo 1993, s.v. *Vita Christi*).

⁶ Segundo se declara na *prohemial epistola* que abre o texto do incunábulo (fl. 3r), a obra, antes de ser impressa, foi revista pelo franciscano Fr. André.

⁷ A 4ª parte foi a primeira a ser concluída, em 14 de maio de 1495, seguindo-se, no mesmo ano, a 1ª, a 2ª e a 3ª partes, publicadas respetivamente em 14 de agosto, 7 de setembro e 20 de novembro (Dias 1995, 31-32).

⁸ Excertos do incunábulo encontram-se publicados em Nunes (1970⁷, 122-124) e Oliveira/Machado (1974⁵, 454-457).

1495 em face da leitura crítica com base nas cópias manuscritas do texto português. O vol. 1 da edição abrange os caps. 1 a 30 da 1ª parte, o que corresponde aos fls. 1 a 93 do incunábulo de 1495. O vol. 2, publicado em 1968, abrange os caps. 31 a 61, fls. 94 a 185 do incunábulo, o que corresponde ao fim da 1ª parte da obra. Se, porém, a primeira parte do incunábulo se encontra integralmente publicada em edição fac-similar, do vasto acervo de manuscritos acima referidos, estão disponíveis, atualmente, apenas edições parcelares, o que torna esse material inacessível ao estudioso que não se disponha a ler o próprio manuscrito.

2. O português médio

Nas suas *Lições de Philologia Portuguesa*, Leite de Vasconcellos (1911, 16) distingue uma época *arcaica* ou *antiga*, que se prolonga até meados do séc. XVI, de uma época *moderna* (do séc. XVI ao XX) mas faz notar que «nestas duas classes ha ainda sub-divisões». Desde então, várias propostas de periodização da história do português têm procurado definir essas subdivisões (Michaëlis de Vasconcelos 1976, 19; Silva Neto 1986⁴, 405; Vázquez Cuesta/Mendes da Luz 1980, 173; Bechara 1991, 68). Seguiremos, aqui, a proposta de Lindley Cintra (Castro 1999), que sugere as designações *português antigo/português médio*⁹ e aponta como marcos na delimitação do português médio as datas da batalha de Aljubarrota (1385) e da impressão da primeira gramática do português, a *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536), referências que simbolizam a independência de Portugal e o início da codificação da língua. Estas datas não correspondem a fronteiras nítidas na evolução da língua; traduzem-se, antes, em períodos, mais ou menos longos, de transição entre estados linguísticos. O limite entre português antigo e médio (final do séc. XIV, início do XV) deve ser entendido como uma fase de extrema variação linguística; na primeira metade do séc. XV a língua sofre profundas transformações que configuram uma transição de fase (Cardeira 2010); a segunda metade de quatrocentos apresenta-se como um patamar de estabilização dos novos traços linguísticos, uma transição entre português médio e clássico.

O português médio concretiza-se, assim, num conjunto de mudanças linguísticas que se iniciam ainda no séc. XIV e se prolongam até meados do XVI. O período crítico da mudança, a primeira metade do séc. XV, corresponde a uma fase de mudanças históricas, culturais e sociais que determinaram a configuração do Portugal moderno.

3. Metodologia

Tomando o manuscrito alcobacense como representante do estado de língua por volta de 1450 e o incunábulo como testemunho da língua de 1500, teremos elementos

⁹ Na mesma linha vão os trabalhos de Mattos e Silva (1989, 38: «tudo leva a crer que no eixo diacrónico pode ser estabelecida mais de uma sincronia na fase arcaica do português») e Clarinda Maia, que propõe uma «periodização bifásica» (Maia 1995, 28).

para a observação do período final do português médio, numa fase em que se espera que as mudanças já ocorridas apresentem evidências de estabilização. Se, como propõe Segre (2010, 13), cada transcrição de um texto origina um novo diassistema, já que cada novo copista introduz elementos do seu próprio dialeto, o confronto entre o manuscrito e o impresso da *Vita Christi* poderá revelar alterações na gramática de dois momentos distintos.

Na impossibilidade de analisar todo o texto, constituímos uma amostra intervalada composta por 40 fólhos do manuscrito ALC. 451 e do incunábulo correspondente, Inc. 566 [1]¹⁰. Nesta amostra fizemos o levantamento de todas as variantes que considerámos linguisticamente relevantes¹¹. O levantamento revela evidências de estabilização de algumas mudanças e indícios de outras em curso.

4. Análise das variantes

4.1. Fonologia

4.1.1. Elevação vocálica

A formas do manuscrito como *aRoydo, costume,s, acostumar* (10)¹², *doçura, loguar* (11), *sospecta, sospeita* correspondem, no impresso, *arraydo, custume,s, acostumar, duçura, lugar, suspeita*. São todas formas em que um ã latino evoluiu para [o] e se elevou, posteriormente, para [u]; o incunábulo corrige, nestas formas, sistematicamente, <o> para <u>. Não quer isto dizer que não se verifique oscilação <o>~<u> em ambos os textos: p. ex. no verbo *fugir* a grafia para a pretónica alterna entre <o> e <u> quer no ms. (*fogise, fugindo*) quer no impresso (*fugisse, fogindo*). Ainda assim, a tendência é clara: em 30 variantes, 25 registam a alteração de <o> para <u> no incunábulo. Parece-nos evidência suficiente de um processo de elevação [o]>[u] em curso, em contexto pretónico.

Nos casos de variação entre <e> e <i> nasais, o ms. usa a grafia <e>, enquanto o incunábulo prefere <i> (7 oc., ex.: *encarnado/jncarnado, enfermos/infermos, nen-guem/ninguẽ*). Quando a variação ocorre antes de sílaba com vogal alta, representada por <i> ou <u>, há 30 oc. de <i> no ms., que equivalem a formas com <e> no impresso.

¹⁰ O *corpus* para análise é constituído pelos seguintes fólhos do manuscrito: fls. 4v.-5r., 14v.-15r., 23v.-24r., 33v.-34v., 43v.-44r., 53v.-54r., 64v.-65r., 75v.-76r., 83v.-[8]4r., 90v.-91r., 100v.-101r., 110v.-111r., 119v.-120r., 129v.-130r., 139v.-140r., 149v.-150r., 158v.-159r., 165v.-166r., 179v.-180r., 189v.-190r., a que correspondem, respetivamente, os seguintes fólhos do impresso: fls. 6v.-7v., 15v.-16v., 24r.-25r., 33v.-34v., 43r.-44r., 53r.-54r., 60r.-61v., 70r.-70v., 77r.-77v., 83v.-84v., 91v.-92r., 99v.-100r., 106r.-107r., 114r.-115r., 122r.-123r., 126r.-127r., 133v.-134v., 139v.-140v., 150v.-151r., 189v.-190r. A seleção dos fólhos para análise, com intervalos de cerca de 10 fólhos, garante a observação do conjunto do texto e, portanto, a representatividade da amostra.

¹¹ O levantamento de variantes não foi exaustivo: não recolhemos, p. ex., variações gráficas como a alternância <i>~<j>~<y> nem variações estilísticas (adições ou omissões, p. ex.), interessantes para a análise da tradição textual ou para um estudo grafemático, mas menos relevantes para a observação de mudanças morfofonológicas em curso.

¹² Entre parêntesis o total de ocorrências.

Na maior parte dos casos, a grafia <i> não é etimológica, indicando provavelmente elevação, e um processo de assimilação: *comprenderia/cõprenderia, firido/ferido, pormitida/prometida*. Em 23 oc., o ms. apresenta <e> onde o impresso apresenta <i> (ex.: *cometimẽto/comitimẽto, seguir/seguir, sobegidom/subigidom*).

Em outros contextos tónicos ou átonos (44 oc.), predomina a grafia <e> no ms. e <i> no impresso: (ex.: *deferença/diferencia, screuer/scripuer*). O total de ocorrências evidencia a preferência por <i> no incunábulo frente a <e> no manuscrito, o que indicia uma tendência de elevação [e] > [i], fenômeno que ocorre ainda hoje no português brasileiro.

4.1.2. *Hiatos*

Um dos traços caracterizadores do português antigo é a existência de hiatos resultantes da síncope de consoantes latinas intervocálicas. A resolução de alguns destes hiatos inicia-se ainda no português antigo mas a de outros prolonga-se por vários séculos.

Quando as duas vogais em hiato eram iguais ou semelhantes fundiram-se. A crase é um dos processos mais precoces de solução de hiatos (Teyssier 1982, 40-42) e dela dão testemunho as grafias do incunábulo em formas como *cobiçar, cobiça, cobiçosas* (8); *consira; homem, homẽs, homems* (9), em substituição das grafias com geminação que encontramos no ms. (*cobijçar, cobijça, cobijçosas; consijra; homeẽs*). A duplicação de vogais tornou-se, no entanto, uma tradição gráfica que, já não correspondendo, embora, a uma realização hiática, continuava presente nos finais do séc. XV: são disso exemplo grafias do impresso como *boã,s* (3) ou *moora* (5, vb. *morar*), a que correspondem, no ms., *boa,s* e *mora*. Na verdade, esta duplicação vocálica, não etimológica e meramente gráfica, do impresso, demonstra, também ela, a resolução dos hiatos através de crase: é precisamente o facto de estas grafias já não corresponderem a uma realidade fonética que justifica a hesitação de quem escreve (Maia 1994, 52-54).

Um hiato que merece atenção é o que ocorre em algumas formas do verbo *vir* (e derivados): é o caso das formas (que se registam no ms.) do perfeito *ueeste*, do imperfeito do conjuntivo *cõueesse* e *ueessem* e do futuro do conjuntivo *ueer*. Trata-se de formas em que a evolução de UE⁻NI- ou UE⁻NE- resultou numa sequência [e-ε] (ex: UENISTI > viisti > veeste) que evoluiu para [i-ε] (veeste > vieste) por dissimilação (Williams 1975³, §99,5; §167,1; §203,9). A vogal [e] fechada, não acentuada e em hiato com a vogal aberta acentuada [ε] dissimila para [i]. Williams (1931, 42-43) encara este processo de dissimilação como um esforço de conservação do hiato e vê em grafias antigas do tipo *veherom* a prova deste esforço e, logo, a tendência para a dissimilação. Ora, no incunábulo, as formas do ms. foram substituídas por *vyeste, cõuiesse, viessem* e *vier*: fica claro que o processo dissimilatório já se realizou ou está, pelo menos, em curso.

Quanto à terminação <eo>, <ea> que correspondia, no português antigo, a um hiato, e que irá evoluir para um tritongo¹³, a análise não revela um número significativo de variantes. Ainda assim, duas destas variantes são evidentes e não deixam dúvidas quanto à presença do iode: trata-se das formas *seo* e *meo*, substituídas no incunábulo por *seyo* e *meyo*¹⁴. Acresce que em duas outras formas, *cheo* e *ueo*, corrigidas no impresso para *cheeo* e *veeo*, a duplicação <ee>, que não corresponde a hiato etimológico, pode ser interpretada como uma tentativa de representação da semivogal.

4.1.3. Terminação nasal

O processo de convergência das vogais nasais finais *-ã* e *-õ* no ditongo *-ão* poderá ter-se iniciado ainda no português antigo; em finais do séc. XV, as rimas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende apontam já para a generalização do ditongo no dialeto padrão. Os resultados de Cardeira (2005, 277) demonstram uma convergência gradual, testemunhada pelo crescente emprego de grafias não-etimológicas, a partir da primeira metade do séc. XV¹⁵.

Nos dados recolhidos no manuscrito e no incunábulo da *V. C.* verificamos a seguinte distribuição de ocorrências:¹⁶

	Manuscrito		Impresso	
	Etim.	Não-etim.	Etim.	Não-etim.
Nomes	18	3 ¹⁶	6	15
Verbos	46	4	4	46
Palavras gramaticais	15	-	-	15
Totais	79	7	10	76

Os dados evidenciam um forte contraste entre o manuscrito e o incunábulo quanto às opções por grafias etimológicas e não-etimológicas. No ms. registam-se

¹³ A terminação hiática <eo>, <ea> evoluiu para um ditongo, por semivocalização do /e/ quando átono, ou para um tritongo quando /e/ era tónico. Neste caso, entre /e/ tónico e a vogal átona seguinte desenvolveu-se uma semivogal palatal. A inserção deste iode regista-se, segundo Teyssier (1982, 45), esporadicamente desde o séc. XVI, mas só virá a predominar na escrita no séc. XIX.

¹⁴ Estas formas são, precisamente, as que a Fernão de Oliveira refere para exemplificar o uso da semivogal palatal: «quando vem hũa vogal logo tras outra nos pronũçiamos âtrellas hũa letra como ê meyo. seyo. moyo. joyo. e outras muitas a qual letra a mi me parece ser .y. e não . i. vogal porque ella não faz syllaba por si» (1536, cap. XIV).

¹⁵ Para um quadro geral de terminações que convergem para *-ão*, vd. Castro (2006, 161).

¹⁶ Ocorrências variantes de *galardam*.

79 ocorrências de formas etimológicas a par de 7 não-etimológicas. No incunábulo há 76 ocorrências de formas não-etimológicas face a 10 etimológicas. São exemplos de variação para cada uma das categorias, com a forma etimológica no ms: *correijõ/correijã* (< -ONE), *form/foram* (< -UNT) e *nom/nam* (< -ON). O contraste aponta claramente para a convergência no ditongo *-ão*, o que segue a tendência geral do período¹⁷.

4.1.4. Oposição *b/v*

A questão da oposição entre os fonemas /b/ e /v/ ou a sua neutralização tem ocupado muitas páginas de trabalhos científicos. Não vamos, aqui, deter-nos sobre todas as propostas. Limitar-nos-emos a apresentar as suas principais linhas:

- (i) o fonema fricativo /v/, presente na norma do português, não existe na maior parte da Península Ibérica;
- (ii) a neutralização da oposição fonológica *b/v* é um dos traços diferenciadores dos dialetos galegos e portugueses setentrionais relativamente aos centro-meridionais (Cintra 1983, 142sq);
- (iii) a neutralização é já reconhecida como traço dialetal pelos gramáticos do séc. XVI¹⁸;
- (iv) nos documentos medievais registam-se as grafias <u>, <v>, : se entre <u> e <v> a oscilação pode ser interpretada como meramente gráfica, como entender a alternância <u ~ v>¹⁹/**? Como representação de uma oposição entre a fricativa labiodental /v/ e a oclusiva /b/ ou entre um fonema de articulação bilabial /β/ e a oclusiva (Maia 1986, 473sq)²⁰?

Talvez a variação do português médio possa trazer algumas achegas para estas questões. As formas em que encontramos variação entre e <v, u> são as seguintes: a *auana* (vb. *abananar*), *barua*, *proueza*, *soberua* (2) no ms. correspondem, no impresso, *abana*, *barba*, *pobreza* e *soberba*. Nestas formas vem substituir, portanto, <v, u>; as formas do impresso são as do português atual. Por outro lado, encontramos, no ms,

¹⁷ A difusão de formas verbais em *-ão* pode constatar-se pelo número de ocorrências da forma *são* (1.ª pessoa do sing. pres. indic. do verbo *ser*) na *Compilaçam* de Gil Vicente (1562): 114, num total de 189, face a outras variantes, como *som*, p. ex., que ocorre 9 vezes. Vd. Teyssier (2005, 96).

¹⁸ Vd. Duarte Nunes de Leão (1576): «...nos Gallegos, & em alguns Portugueses d'entre Douro & Minho, que por vós, & vosso, dizem bos, & bosso, & por vida, disem bida».

¹⁹ Referimo-nos a <u> e <v> enquanto representantes de fonemas consonânticos e não à oscilação gráfica na representação de elementos vocálicos.

²⁰ Afirma Clarinda Maia (1986, 473): «creio ter existido inicialmente no Noroeste Peninsular uma oposição fonológica entre dois fonemas, mas sendo um deles bilabial sonoro oclusivo, /b/, que se transcrevia com *b*, e o outro um fonema fricativo de articulação bilabial, /β/, que se representava habitualmente com *u* ou *v*». Note-se que, em qualquer dos casos, esta oposição viria a neutralizar-se, desde época antiga, em todo o norte da Península e ter-se-á propagado para sul, exceto «nalguns pontos da zona meridional, onde se mantém a primitiva distinção entre o fonema oclusivo bilabial e o fricativo lábio-dental» (Maia 1986, 480), o que coloca duas outras questões: (i) a neutralização, no caso do domínio galego-português, terá sido um fenómeno tardio, posterior à Reconquista, como afirma Cintra (1983, 102-104) ou um «traço muito antigo», «na Galiza e possivelmente também na região de Entre-Douro e Minho, um facto anterior à Reconquista» como sugere Maia (1986, 481-482)?; (ii) por que motivo não se propagou a neutralização à região meridional portuguesa?

abito e aueto (2), *embrilhada* e *prouauel* e no incunábulo *auito* ~ *habito*, *enuorilhada* e *probauel*.

Se organizarmos estas formas de acordo com a sua etimologia, vemos que a labiodental se justificaria pelos processos de consonantização da semivogal latina (*abandar* < *EVANNARE), *embrulhar* < *INVOLUCRARE²¹), de fricativação da oclusiva sonora em contexto intervocálico (*hábito* < HABITU-, *provável* < PROBABLE-). Mas em *pobreza* (< PAUPERE-²²) a labiodental parece surpreendente, já que o resultado esperável para um /p/ latino em contexto intervocálico seria a oclusiva sonora /b/²³. Também nas formas *barba* (< BARBA-) e *soberba* (< SUPERBIA-) em que o /b/ latino ocorre em início de sílaba, se esperaria a sua conservação. Em relação às formas *abandar* e *embrulhar*, pode admitir-se que a semivogal latina tenha evoluído ora para a bilabial fricativa /β/ ora para a labiodental /v/ embora o resultado mais frequente, no sistema galego-português, de /w/ latino, inicial ou intervocálico, seja /v/ (Williams 1975³, §10, §61.4 e §72.2). Atestações do séc. XIII (*envorullado*, *envurullado*) e XV (*auanar*)²⁴ parecem apontar para a presença de uma labiodental nestas formas. Para *proueza*, com base em atestações do séc. XIII como *probe* e *ēprouecer*, podemos imaginar uma evolução do tipo *POPER > *probe* > *prove*, o que justificaria a presença da labiodental. Como explicar, por outro lado, o grafema <u> em *barua* e *soberua*²⁵ no ms., uma vez que no étimo encontramos /b/ não intervocálico? Mais plausível do que imaginar evoluções específicas que conduziram à labiodental em cada uma destas formas, será admitir que, em todas elas, a grafia <u, v> corresponde a um fonema de articulação bilabial /β/. O mesmo aconteceria em *auito* e *prouauel*, em que um /b/ intervocálico teria fricativado. Ora, não sendo muito clara a oposição /β/-/v/, os grafemas <u, v>, representantes da bilabial fricativa, facilmente alternariam com , correspondente à oclusiva. A ser assim, parece que em meados do séc. XV ainda não estava definida, claramente, a oposição *b/v* que caracteriza o português padrão moderno. No entanto, note-se que, embora haja alternância gráfica quer no ms. quer no impresso, num total de 10 casos de variação 7 correspondem a substituições, no impresso, de <u> por . Acresce que essas substituições configuram, já, a moderna grafia das palavras em causa. É possível que estas formas modernas sejam exemplos da fixação da oposição *b/v*, que pode ter-se difundido em termos lexicais (mais rapidamente em algumas palavras do que em outras) e independentemente da etimologia. Mais: é possível que a presença de grafias modernas em textos de significativa difusão, como seria o caso da *V. C.*, possa ter contribuído para a fixação da oposição *b/v*.

²¹ Cunha (1986², s.v. *embrulhar*) sugere a seguinte evolução: *INVOLUCRARE > *INVOLUCCLARE > *INVORUCLARE > *envorulhar* ~ *envorilhar* > *embrulhar* ~ *embrilhar* > *embrulhar*.

²² Williams (1975³, §33.4D): PAUPEREM > *POPEREM.

²³ Etimologias retiradas de Cunha (1986²).

²⁴ Atestações retiradas de Cunha (1986²).

²⁵ Cunha (1986², s.v. *soberba* atesta *soberva* no século XIII.

4.1.5. Sibilantes: variação entre <ç, c>/<ss> e <z>/<s>

Na V. C., a variação gráfica no que diz respeito à sonoridade (do tipo *messes/meses* ou *geytoso/geitosso*) não surpreende, já que corresponde a uma longa tradição. Encontramo-la quer no ms. quer no impresso. Do mesmo modo, também não é surpreendente a variação que se regista no verbo *prezar* e derivados: *preçar/prezar*, *apreçada/aprezada*, *despreçou/desprezou*, *desprece/despreze*, *despreçado/desprezado* (2), *despreço/desprezo*. De PRETIU-, PRETIARE, existiam, no séc. XIII, as formas *preço* e *preçar*; em alternância com *preço* ocorria, também, *prez* (do provençal *pretz*)²⁶. É provável que esta segunda forma tenha interferido na primeira, sonorizando a consoante. Esta alternância sobrevive no português atual: *preço*, *apreçar* mas *prezar* e *desprezar*. Curioso é o confronto entre ms. e impresso: é no ms. que encontramos as formas com <ç> enquanto o impresso substituiu, sistematicamente, este grafema por <z>. Parece ser, mais do que uma escolha gráfica, uma fixação da articulação sonora da consoante (articulação que, à exceção de *apreçar*, se conserva no português moderno). A mesma interpretação não pode, por outro lado, ser estendida à variação *mizquinho* (no ms.)/*misquĩho* (no incunábulo): com origem no árabe *miskin* (Cunha 1986², s.v. *mesquinho*) esta forma regista grafias com <s> no séc. XIII e com <z> desde o XV. Na primeira metade de quatrocentos a forma *mizq-* é, se não exclusiva, pelo menos a mais frequente²⁷. Mas não foi essa a forma gráfica que sobreviveu. Nos séculos seguintes, a forma que os dicionários vão registar, com raras exceções, será *mesquinho*²⁸. Parece, portanto, que se trata aqui de uma escolha gráfica que se esboça já no impresso. O mesmo é dizer que a forma preferencial do início do português médio, *mizquinho*, começava, no final do séc. XV, a ser substituída pela moderna *mesquinho*.

Mais interessante se revela a substituição da forma *preçada*, que ocorre no manuscrito, por *presada* no impresso. É apenas uma forma mas pode ser significativa, já que aponta no sentido de uma neutralização da oposição entre a sibilante apical e a dental. A redução do sistema de sibilantes é um dos traços que distinguem o português arcaico do português moderno²⁹. A redução do primitivo sistema de sibilantes

²⁶ Vd. Cunha (1986², s.v. *preço* e *prezar*).

²⁷ Referimos apenas um exemplo: na *Collecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã*, cód. Alc. copiado na primeira metade do séc. XV (ed. em prep.), formas como *mizquinho* e *mizquindade* têm cerca de 60 oc. mas não se regista nenhuma forma com <s>.

²⁸ Uma pesquisa efetuada no *Corpus Lexicográfico do Português*, que reúne obras dicionarísticas do séc. XVI a XIX, revela cerca de 80 oc. de *mesquinho* (na *Prosódia* de Bento Pereira, 1697, no *Vocabulário* de Bluteau, 1712-1728, etc.); *mezquinho*, por outro lado, apenas ocorre em Jerónimo Cardoso (no *Dictionarium ex lusitanicum in latinum sermonem* (2 oc.) e no *Dictionarium latinolusitanicum*, 1569-1570, 1 oc.) e *mizquinho* regista apenas uma ocorrência nas *Centúrias* de Robredo (1623).

²⁹ Trata-se de uma redução do sistema que se pode resumir do seguinte modo: duas africadas predorsodentais opunham-se a duas fricativas apicoalveolares; as africadas perderam o elemento oclusivo inicial mas o sistema continuou a contar com quatro elementos; finalmente a oposição é neutralizada. Como resultado desta neutralização, podemos, até hoje, distinguir áreas dialetais em que se conservam, ainda, sibilantes apicais, de uma área, de que a norma

deve ter-se iniciado ainda no português antigo (Maia 1986, 446-449; Cardeira 2003, 133-134; Carvalho 2011, 141-145) mas foi um processo longo que, segundo Teysier (1982, 50-51) e Castro (2006, 190) começa a emergir de forma clara na escrita, sob a forma de confusões gráficas, a partir de 1550. A substituição de *preçada* por *presada* no final do séc. XV pode ser vista, portanto, como indício de uma neutralização que começa a encontrar espaço mesmo em textos de cariz literário, de confeção cuidada e elaborados por conhecedores das etimologias latinas.

4.2. Morfologia: formas do pronome demonstrativo

O sistema dos demonstrativos no português médio apresenta algumas formas hoje desaparecidas³⁰. Entre o manuscrito e o incunábulo da V. C., ocorre variação no emprego das formas que posteriormente desapareceram, em aparente equivalência a formas que prevalecem na língua.

Ocorre a forma reforçada *aqueste* (4) no incunábulo em variação com *este* no ms.; haveria ainda diferença de uso entre forma simples e reforçada neste período? Parece que não, mas seriam necessários mais dados para comprová-lo³¹.

Se no caso das formas reforçadas a par das simples os dados são raros, o mesmo não ocorre com a variação entre *aquel* e *aquele*. Em um total de 55 oc., o manuscrito opta por *aquel* enquanto o incunábulo escolhe *aquele*³². O mesmo ocorre com o pronome pessoal *el/ele*, (40): no manuscrito consta sempre *el* e no incunábulo *ele*³³. Estaremos diante de um dado balizador dos limites do português médio frente ao clássico?

4.3. O verbo: participios passados

O participio passado de verbos da 2ª conjugação, que terminava em *-udo* no português antigo, começa a ser substituído, ainda na segunda metade do séc. XIII, por participios em *-ido*, originalmente da 3ª conjugação. É um processo lento, com a inversão da frequência de *-udo/-ido* a ocorrer no segundo quartel do séc. XV e com esporádicas ocorrências posteriores a 1500 (Cardeira 2005, 203-219; 278). Seria de esperar, portanto, que a ocorrerem participios em *-udo* nos textos em análise, eles se registassem apenas no manuscrito, copiado por volta de 1450. É, de facto, o que se verifica: no manuscrito ocorrem, ainda, as formas *deuudamente* e *mantheuda*,

do português faz parte, em que apenas se realizam as sibilantes dentais (Cintra 1983, 143; 147-150)

³⁰ Quanto à etimologia, os demonstrativos portugueses continuam os demonstrativos latinos de base *ĪST-* (> *est-*), *ĪPS-* (> *ess-*) e *ĪLL-* (> *el-*). O sistema português no período arcaico apresentava ainda formas reforçadas pelo prefixo **ACCU-* (*aquest-*, *aquess-*, *aquel-*), de que resta a forma *aquele* e flexões. (Mattos e Silva 2006, 108).

³¹ Conforme Maia (1986, 688), as formas reforçadas *aqueste*, *aquesta*, *aquesto* e *aqessto* seriam relativamente raras já no séc. XIV.

³² Incluindo *naquel/naquelle* (1) e *daquel/daquelle* (2).

³³ Devem-se incluir às ocorrências *del/delle* (5 oc.).

substituídas, no incunábulo, por *deuydamête* e *mãtheijda*. Pode dizer-se que o manuscrito conserva vestígios arcaizantes, já claramente residuais em meados de quatrocentos; no final do século, por outro lado, estes participios em *-udo* são sentidos como ‘estranhos’ e, por isso, naturalmente atualizados para *-ido*, mesmo em formas tendencialmente cristalizadas como *manteuda*.

Uma outra tendência que se observámos é a da substituição de participios fracos por fortes: trata-se apenas de um caso (a *escolhidos*, no manuscrito, corresponde *scolheyto*, no impresso) e, portanto, pouco relevante. Ainda assim, é de notar que o incunábulo ‘corrige’ as duas ocorrências deste participio fraco.

5. Conclusões

A análise efetuada permitiu identificar casos de variação e mudança linguística em curso nos últimos cinquenta anos do séc. XV: (i) verifica-se a estabilização de algumas mudanças (resolução de hiatos, convergência das terminações nasais); (ii) observam-se indícios de mudanças em curso (elevação do vocalismo átono, redução do sistema de sibilantes; seleção de formas lexicais e de modelos gráficos). Significa isto que a colação entre o manuscrito alcobacense e o incunábulo da *Vita Christi* pode servir de ponto de partida para uma descrição de um período (segunda metade do séc. XV e princípio do XVI) que se caracteriza pela gradual afirmação da preferência por determinadas variantes linguísticas e que pode ser entendido como uma transição entre português médio e clássico. A tendência de mudança verificável entre o manuscrito e o impresso fornece indícios quanto a uma dinâmica mais geral de estabilização na escolha de variantes linguísticas que persistirão no português clássico. São tendências ‘modernizadoras’ que reforçam o contraste entre o português médio e a sua franja de separação terminal, ao mesmo tempo que revelam traços que serão predominantes no português clássico.

Universidade de Lisboa - Portugal
Universidade de São Paulo - Brasil

Esperança CARDEIRA
Sílvio de Almeida TOLEDO NETO

Referências bibliográficas

- Bechara, Evanildo, 1991. «As fases da língua portuguesa escrita» in: Kremer, Dieter (ed.), *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Tübingen, Max Niemeyer, vol. 3, 68-75.
- Cardeira, Esperança, 2003. «Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do português», in: Castro, Ivo/Duarte, Inês (ed.), *Razões e emoção. Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus*, Lisboa, IN – CM, vol. 1, 129-145.
- Cardeira, Esperança, 2005. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, IN-CM.

- Cardeira, Esperança, 2010. «Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?», *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, 24/1, 75-95.
- Carvalho, Maria José, 2011. «Duas inovações consonânticas num *corpus* medieval: simplificação do sistema de quatro sibilantes e neutralização da oposição fonológica *b/v*», in: Costa, Armanda/Falé, Isabel/Barbosa, Pilar (ed.), *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 140-152.
- Castro, Ivo, 1999. «O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)», in: Hub Faria, Isabel (ed.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos, 367-370.
- Castro, Ivo, 2006. *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri.
- Cepeda, Isabel, 1978. «O scriptorium do mosteiro de Alcobaça nos meados do século XV», in: *Actas [do] Congresso Internacional para a investigação e defesa do património, Alcobaça, Alcobaça, C.I.I.D. Património*, 282-290.
- Cintra, Luís F. Lindley, 1983. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- Corpus Lexicográfico do Português*, <<http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx>>.
- Cunha, Antônio Geraldo da, 1986². *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dias, João José Alves (ed.), 1995. *No quinto centenário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Leão, Duarte Nunes de, 1576. *Orthographia da lingoa portuguesa*, Lisboa, João de Barreira.
- Lorenzo, Ramon, 1993. «Vita Christi», in: Lanciani, Giulia/Tavani, Giuseppe (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Magne, Augusto (ed.), 1957-1968. *Ludolfo Cartusiano, O livro de vita Christi em linguagem portuguesa. Edição facsimilar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos, 2 vol.*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa.
- Maia, Clarinda de Azevedo, 1986. *História do galego-português*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Maia, Clarinda de Azevedo, 1994. «O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV», *Biblos* 70, 33-91.
- Maia, Clarinda de Azevedo, 1995. «Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*», *Diacrítica* 10, 3-30.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1989. *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa, IN-CM.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 2006. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, São Paulo, Contexto.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina, 1976. *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*, Lisboa, Dinalivro.
- Nunes, José Joaquim, 1970⁷. *Crestomatia arcaica*. Lisboa, Clássica Ed.
- Oliveira, Correa de/Machado, Saavedra, 1974⁵. *Textos portugueses medievais*, Lisboa, Livr. Popular de Francisco Franco.
- Oliveira, Fernão de, 1536. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde [ed. fac-similada 1988, Lisboa, Biblioteca Nacional].
- Segre, Cesare, 2010. «Problemi teorici e pratici della critica testuale», *Verba* anexo 67, 11-23.
- Silva Neto, Serafim da, 1986⁴. *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença.

- Teyssier, Paul, 1982. *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- Teyssier, Paul, 2005. *A língua de Gil Vicente*, Lisboa, IN-CM.
- Toledo Neto, Sílvio de Almeida, 2011. «Indícios de parentesco entre dois testemunhos da Regra de São Bento», *Caligrama* (UFMG) 15, 67-88.
- Vasconcellos, José Leite de, 1911. *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Ed.
- Vázquez Cuesta, Pilar / Mendes da Luz, Maria Albertina, 1980. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições 70.
- Williams, Edwin B., 1931. «The preterit of portuguese *vir*», *Romanic Review* 22, 42-43.
- Williams, Edwin B., 1975³. *Do Latim ao Português*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.